

Assembleia Intermunicipal

10 de março de 2022

Ponto 3.5

Considerando:

O deliberado na reunião do Conselho Intermunicipal de 2 de dezembro de 2021 de submeter a apreciação da Assembleia Intermunicipal a proposta abaixo identificada:

Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal

Considerando:

- I. O disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11.04., que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, e de empreitada de obras pública, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Intermunicipal, salvo quando:
 - a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
- II. O referido na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro - LCPA- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – (alterada pelos seguintes diplomas legais: Lei nº 20/2012, de 14 de maio; Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro; Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 22/2015, de 17/03), que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, à autorização prévia da Assembleia Intermunicipal.
- III. Que o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de julho (alterado pelos seguintes diplomas: Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro; Lei nº 66-B/2012, de 31.12. e Decreto-Lei nº 99/2015, de 2

de junho), que regulamentou a citada Lei dos Compromissos nos termos do artigo 14º, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação dos documentos previsionais.

Propõe-se, que a Assembleia Intermunicipal delibere:

- I. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, na sua versão atualizada, LCPA- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas), e nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua versão atualizada, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Comunidade Intermunicipal, nos casos seguintes:
 - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das *Grandes Opções do Plano legalmente aprovadas*;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
- II. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, na sua versão atualizada e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
- III. O Conselho Intermunicipal poderá, nos termos do artigo 6º/3 da LCPA, delegar no Secretariado Executivo Intermunicipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, e até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

Nas sessões ordinárias da Assembleia Intermunicipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica.”

Braga, 24 de fevereiro de 2021

O Primeiro Secretário do SEI

Dr. Rafael Amorim